

**Ata da Primeira Reunião do Observatório dos Direitos Humanos no Poder
Judiciário da Gestão 2022-2024; e**

Lançamento do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

Data: 25 de novembro de 2022.

Local: Brasília - Plenário do Conselho Nacional de Justiça.

Participantes Presenciais – Mesa:

1. Presidente do CNJ, Ministra **Rosa Weber**;
2. Presidente do TST e do CSJT, Ministro **Lelio Bentes Corrêa**;
3. Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenadora do Comitê Executivo do ODH, Des^a **Carmen Gonzalez**;
4. Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, **Dr. Erivaldo Ribeiro dos Santos**, representante do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

Conselheiras e Conselheiros do CNJ - Presencialmente:

1. Ministro **Luiz Philippe Vieira de Mello Filho**;
2. **Marcio Luiz Freitas**;
3. **Mário Goulart Maia**.

Conselheiras e Conselheiros do CNJ – Telepresencialmente:

1. **Salise Sanchotene**;
2. **Giovanni Olsson**.

Juízes Auxiliares da Presidência do CNJ – Presencialmente:

1. Dra. **Karen Luise Vilanova Batista de Souza**;
2. Dr. **Edinaldo Cesar Santos Junior**.

Secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do STF - Presencialmente:

1. **Manuellita Hermes Rosa de Oliveira Filha**.

Entidades integrantes do ODH – Presencialmente:

1. EDUCAFRO BRASIL, **Frei David Raimundo Santos**;
2. GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, **Maria Sylvia Aparecida de Oliveira**;
3. Instituto ALANA, **Pedro Hartung**;
4. Instituto Socioambiental (ISA), **Juliana de Paula Batista**;
5. Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Rede-In), **Ana Cláudia Mendes de Figueiredo**;
6. Rede Liberdade, **Beto Vasconcelos**;
7. Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - Renafro, **Miriam Cristiane Alves**.

Entidades integrantes do ODH – Telepresencialmente:

1. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), **Anildo Lulu**;
2. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), **Gustavo Coutinho**;

3. Anistia Internacional, **Alexandra Montgomery**;
4. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), **Bruna Benevides**;
5. Comissão ARNS, **Cláudia Costin**;
6. Conectas Direitos Humanos **Pedro Gomes**;
7. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), **Vercilene Kalunga**;
8. Cruz Vermelha Brasileira, **Júlio Cals Alencar**;
9. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), **Deila Martins**;
10. Instituto Sou da Paz, **Carolina de Mattos Ricardo**;
11. THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, **Márcia Soares**.

Às 14h20, a Excelentíssima Ministra **Rosa Weber** iniciou a reunião do Observatório de Direitos Humanos, cumprimentando a todos e todas e reafirmando seu compromisso com os Direitos Humanos. Mencionou o início dos trabalhos do Observatório em sua gestão e que as reuniões serão trimestrais. Foi convidado para uso da palavra, o Ministro **Lélio Bentes Correa**, Presidente do TST e do CSJT, que cumprimentou todas as autoridades presentes e destacou em sua fala a diversidade do Plenário, que reflete a sociedade brasileira. Ressaltou a realização da assinatura do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial na primeira reunião do ODH na gestão da Ministra **Rosa Weber** e fez referência à escravidão, utilizando dados da ONU. Falou da importância da atuação do Poder Judiciário para extinguir o racismo sistêmico e lembrou o caso de racismo sofrido por Simone André Diniz, no ano de 1997, quando tinha apenas 19 anos de idade, ao ser preterida por sua cor de pele quando se candidatou a uma vaga de empregada doméstica em cujo anúncio constava o requisito de que



as candidatas fossem “de preferência brancas, com 21 anos”. Lembrou que Simone denunciou o ocorrido e que o Ministério Público Estadual arquivou o inquérito, com a fundamentação de que havia “falta de indícios de que o ato constituísse crime de racismo”. Afirmou que a situação que demonstra a importância da preparação e especialização do Poder Judiciário para elaboração de pautas que abranjam o tema. Mencionou também os Grupos de Trabalho criados em diversos órgãos voltados à promoção da equidade e ao enfrentamento das desigualdades. A seguir, o Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial foi assinado pela Ministra **Rosa Weber** e pelo Ministro **Lelio Bentes Correa**. Devido à impossibilidade de comparecimento da Ministra Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, Maria Thereza de Assis Moura, sua assinatura será realizada posteriormente. A solenidade de lançamento do Pacto encerrou-se às 14h50. A juíza auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenadora Executiva do ODH, Des^a **Carmen Gonzalez**, cumprimentando a todos e todas, mencionou os três eixos de atuação da gestão da Ministra Rosa Weber, quais sejam: Direitos Humanos, Meio ambiente e Prestação jurisdicional célere, justa e eficaz, tendo a seguir passado a palavra para os representantes das entidades integrantes do ODH. **Frei Davi Raimundo Santos (EDUCAFRO)**: referiu preocupação com a regulamentação dos concursos para cartórios e tabeliães. Reconheceu os avanços já feitos e denunciou a falta de acesso a dados no concurso realizado em São Paulo. Disse que não foram divulgados os nomes dos aprovados com as suas respectivas notas, mas somente os nomes. Disse que a Educafro apresentou ao TJSP uma lista de vinte pessoas brancas que se declararam negras e foram aprovadas no concurso, e o Tribunal não adotou nenhuma providência. Mencionou a certeza de que o CNJ não deixará que a população negra seja humilhada, e a alegria em ver a previsão do Eixo 2 do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial sobre a desarticulação do racismo institucional. Citou notícia sobre um juiz em Goiás que teria subtraído vaga de cotista negro, determinando a nomeação de candidato branco, e disse que sabe de mais de 40 casos de juízes desrespeitando a lei da inclusão determinada pelo

CNJ. Argumentou que esse cenário demonstra a necessidade de os Tribunais prepararem cursos de atualização dos juízes. Afirmou que acredita que esses juízes não agiram dessa forma por má intenção, mas por falta de atualização, e que “para canções novas são necessários ouvidos novos”. Mencionou que os juízes não estão preparados para lidar com o racismo estrutural. Citou o encontro realizado no Rio de Janeiro, com a Procuradoria Geral do Estado do RJ, em que foi sugerido o pleito ao CNJ de realizar, em parceria com a PGE, um curso híbrido ministrado por Michael J. Sandel para todos os tribunais do Brasil para abordar o tema da tirania do mérito, cujo título seria “A tirania do mérito e as consequências para o povo afro-brasileiro”, contando com o apoio dos Conselheiros do CNJ. Justificou a proposta destacando que o grande problema do concurso da PGE-RJ (que foi o primeiro órgão do país a instituir as cotas raciais e onde apenas 3 negros foram aprovados até hoje) nas cotas para negros é a “tirania do mérito”, a compreensão do que é mérito. Afirmou que a Educafro entrou com ação civil pública contra a USP em 1996 com o argumento de que diferenciavam o mérito justo e o mérito injusto, e que a demanda foi arquivada, tendo a autora Educafro sido punida por ter feito o pedido de que houvesse cotas para negros na USP. **Maria Sylvia Aparecida de Oliveira (GELEDÉS):** fez uma saudação especial para as mulheres negras presentes, para registrar a possibilidade de estarem ali, considerando a dificuldade de ocupação desses espaços por mulheres negras, especialmente dos espaços de poder, e referiu que a promoção e a valorização de mulheres negras é o foco do trabalho da entidade há 34 anos. Citou Sueli Carneiro e referiu a dificuldade das mulheres negras mesmo quando as pautas raciais e de gênero avançam. Afirmou que acabaram de entregar ao Comitê para Eliminação da Discriminação Racial, em Genebra, um documento (relatório sombra) com uma série de recomendações para que o Comitê envie ao Estado Brasileiro para extirpar o racismo no Brasil, na esperança de, assim, viver numa democracia racial. **Beto Vasconcelos (REDE LIBERDADE):** cumprimentou a todos e enalteceu a gestão da Ministra Rosa pelo cuidado e atenção com as pautas de inclusão e pela assinatura do Pacto. Elogiou a



representatividade, a legitimidade e a diversidade da composição do ODH. Falou sobre os trabalhos da Rede Liberdade e citou a expressão “Useem seus privilégios para abrir espaços de poder.”. Mencionou que o racismo estrutural é uma violência que atinge o país, em especial no sistema de justiça, e disse que o racismo é o tema de ordem há 500 anos. Citou a importância do tema do reconhecimento de pessoas suspeitas, que já é objeto de estudo e desenvolvimento de medidas pelo CNJ, bem como da violência contra os povos originários e da atividade criminosa de devastação da Amazônia e ataque a defensores de direitos humanos no país. Destacou a preocupação com os atos antidemocráticos e a fragilidade da nossa democracia, ressaltando que o país precisa de profundas mudanças. **Miriam Cristiane Alves (RENAFRO)**: cumprimentou a todos, em especial as autoridades negras presentes, e agradeceu a oportunidade de compor o ODH, elogiando a sensibilidade com a pauta da entidade. Falou sobre o racismo religioso como uma das formas de racismo estrutural no país e criticou o Judiciário pela falta de entendimento em pautas raciais, especialmente de cunho religioso, citando a edição de leis de silêncio, de proteção aos animais e meio ambiente que na verdade são formas de ataque às religiões de matriz africana no nosso país sem a devida compreensão pelos magistrados. Mencionou que também esteve em Genebra com Geledés falando sobre racismo religioso. Mencionou a assinatura de um pacto que garantiu que as eleições tivessem seu desenvolvimento a partir da liberdade religiosa. Referiu o marco ocorrido em 2019, a partir da decisão do STF que reconheceu a constitucionalidade da lei gaúcha que permite a sacralização de animais em cultos, o que não impede que outros mecanismos de proteção sejam construídos. Agradeceu o convite e o diálogo. **Pedro Hartung (INSTITUTO ALANA)**: começou sua fala agradecendo a oportunidade de compor o ODH, afirmando que a justiça, os direitos humanos e a equidade racial começam na infância, porque é também na infância que começam as violações. Ressalta que na infância e na adolescência as violações têm especial gravidade porque há uma naturalização do seu tratamento como objeto, e não sujeito de direitos. Disse que a relação entre adultos e crianças é umas das mais desiguais, pois há uma

interseccionalidade de todas as violências (de gênero, raça e classe), citando o sociólogo argentino Eduardo Bustelo. Mencionou a escritora Carolina Maria de Jesus e sua frase “Quando uma criança passa fome, o problema é de todo mundo”. Reforçou o convite ao compromisso de que crianças e adolescentes sejam colocados em primeiro lugar, em especial, pelo Poder Judiciário, invocando o art. 227 da Constituição da República. Afirma que a entidade pretende abordar a proteção da infância não somente nos temas mais obviamente afetos ao tema, mas em todas as pautas, pois entende que para cuidar da criança é preciso cuidar de quem cuida da criança, mencionando a vulnerabilidade das mulheres e das mães negras. **Juliana de Paula (ISA):** cumprimentou a todos e parabenizou pela assinatura do Pacto. Falou sobre os avanços ocorridos no ano de 2022, citando a alteração da Resolução CNJ n. 454/2022, que estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas, e do desejo de que se mantenha sendo um espaço de debate e proteção dos direitos fundamentais, especialmente nesse momento de ataque às comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, e do agudizamento do desmatamento das florestas. Agradeceu a oportunidade de compor o ODH. Considerando a necessidade do Ministro Lelio de retirar-se, a **Des^a. Carmen** convida a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza, a Dra. Manuellita Hermes e o juiz Edinaldo Cesar Santos Junior a compor a mesa. **Ana Cláudia Mendes de Figueiredo (REDE-IN):** cumprimentou a todos, mencionou o trabalho da entidade e sobre sua história como militante, mãe de uma jovem de 30 anos, portadora da síndrome de Down, que motiva seu ativismo em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, contra a atuação de agenda com caráter segregador, assistencialista e capacitista. Passou a palavra à Jota Marques, representante do movimento Vidas Negras com Deficiência Importam (VNDI), presente de forma telepresencial, que leu um texto sobre discriminação sofrida pela população negra deficiente. **Conselheiro Mário Goulart Maia:** cumprimentou a todos, mencionou ser pai de um filho autista, e relatou ver com naturalidade a convivência com os diferentes e não entender a intolerância e o



preconceito que passou a perceber a partir do nascimento de seu filho que o faz lembrar todo o tempo que ele precisa dar voz a quem não fala. Disse que percebeu a xenofobia quando ouviu, durante sua campanha ao CNJ, que não parecia ser nordestino, denunciando a existência do estereótipo referente aos nordestinos. Afirmou ser filho de uma mulher negra que o ensinou a ser tolerante e a conviver com as várias matizes que formam nosso país. Recitou o poema “Navio Negreiro” de Castro Alves e ressaltou a dívida que a sociedade brasileira tem com os negros.

Ministra Rosa Weber pede a palavra para elogiar e agradecer a fala do Conselheiro, por ter lembrado sobre a importância da tolerância. **Carolina de**

Mattos Ricardo (INSTITUTO SOU DA PAZ): cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade de compor o ODH e estar presente na assinatura do Pacto. Reforçou a disposição da entidade em contribuir com a pauta e chamou atenção para a desigualdade racial presente também na questão da violência armada, assunto caro à entidade. Destacou a explosão de armas no Brasil e o lançamento de um relatório sobre a matéria. Citou estatísticas que demonstram que as mulheres negras são as maiores vítimas desse problema. **Claudia Costin**

(COMISSÃO ARNS): cumprimentou a todos, elogiou a assinatura do Pacto e colocou a Comissão Arns à disposição para os trabalhos, referindo que participou do ODH pessoalmente na gestão anterior. Elogiou o novo formato, ODH formado por entidades da sociedade civil, por entender que de fato mais sentido. **Gustavo**

Coutinho (ABGLT): cumprimentou a todos, em especial as autoridades negras presentes. Falou da importância do Pacto e mencionou as negativas de direitos à comunidade LGBTQIA+. Afirmou que a entidade defende os interesses de um grupo que foi privado de sua humanidade, de ser sujeito de direitos. Referiu a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e raça e citou a filósofa africana Sobonfu Somé, da Guiné-Bissau, para mencionar que os povos originários africanos e do nosso país entendem a sexualidade de outras formas, sem esse tabu e violência característica população branca ocidental colonial. Mencionou o caso do indígena Timbira, do Maranhão, como o primeiro assassinato homofóbico registrado na história. Coloca-se à disposição para contribuir com os trabalhos e



afirma ter a expectativa de um Judiciário mais equânime e que contemple a democracia no nosso país. **Conselheiro Marcio Freitas:** cumprimentou a todos e colocou-se à disposição, como presidente da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis, daqueles que precisam de ajuda e espaço dentro da pauta da proteção dos direitos humanos para construção de um judiciário e, por consequência, um país melhor. **Alexandra Montgomery (ANISTIA INTERNACIONAL):** cumprimentou a todos e enfatizou a importância do Observatório e das organizações da sociedade civil, agradecendo a oportunidade de participar da sua composição. Mencionou o fato de o Poder Judiciário ser composto por sua maioria de pessoas brancas e desconectado das classes mais pobres, dos negros e dos grupos historicamente discriminados. Afirmou que o Pacto tem um papel fundamental na luta contra o racismo estrutural e sistêmico no país e que as ações afirmativas precisam ser parte de um programa coerente e permanente. Relatou que a entidade esteve junto com Geledés e Renafro no Comitê pela Eliminação da Discriminação Racial na ONU na semana anterior, onde foi mencionado que a existência de uma única pessoa negra na representação do país perante o comitê demonstra o *apartheid* brasileiro. Afirmou que representatividade importa, e que as instituições devem realizar correções de rota nas suas composições. Destaca que há muito a se construir/reconstruir diante dos retrocessos vividos nos últimos anos em todos os direitos, e que a entidade estará sempre na luta da efetivação desses direitos a todas as pessoas, porque enquanto o direito de uma pessoa estiver sendo violado, o de todos nós estará sendo ameaçado. **Bruna Benevides (ANTRA):** ao cumprimentar a todos, elogiou a diversidade da composição do ODH na atual gestão. Mencionou a luta das pessoas transexuais que sofrem diversas situações vexatórias e pediu atenção a essa luta, agradecendo o espaço concedido. Destacou as dificuldades da luta pela institucionalização da transfobia, denunciando as tentativas de criminalizar a sua existência. Referiu que houve piora significativa na violação aos direitos humanos, em especial contra a comunidade LGBTQIA+ e as travestis e mulheres trans negras. Afirmou que o

Brasil, pelo 14º ano consecutivo, segue como país que mais assassina pessoas trans no mundo sem a efetiva resposta a essa violência. Mencionou que a interseccionalidade não se esgota na raça, mas se acrescenta nos marcadores de diferença de sexualidade, gênero, diversidade e expressão de gênero, assim como corporalidades diversas, pessoas intersexo e com deficiência, e pessoas que moram no interior, no campo e na favela, entre outros. Referiu o compromisso de resgatar os espaços de diálogo e, falando de temas mais gerais, mencionou que a retificação de nome e gênero, embora seja uma realidade no Brasil, ainda enfrenta dificuldades no seu acesso (65% das pessoas trans ainda não conseguiram fazer a retificação, e a maioria são pessoas trans negras moradoras da periferia). Ressalta que as políticas para proteção das mulheres precisam incluir as travestis e mulheres transexuais, aumentando a proteção contra violência de gênero. Referiu que as políticas de proteção à infância e adolescência precisam considerar que nem todas as crianças atenderão as expectativas sociais de gênero designado, e precisam ser protegidas contra violências normatizadoras heteroterroristas. Afirmou que a prostituição é um problema grave da comunidade em face da dificuldade de inclusão no mercado formal de trabalho, sendo a maioria das vítimas mulheres trans e travestis negras, que também são as que mais sofrem agravos na sua saúde física e mental (citou estatísticas referentes ao HIV, escolaridade e expectativa de vida). Afirmou que parlamentares trans negras são as que mais sofrem violência política de gênero, de forma desproporcional e sem resposta adequada. Citou as pautas da dignidade menstrual, da violência obstétrica, da cirurgia de mutilação genital em recém-nascidos com genitália ambígua, bem como o reconhecimento do direito à autodeterminação de gênero. Mencionou o julgamento da ADI nº 4275 e a urgência da colocação em pauta do RE 84577-79 para que pessoas trans tenham direito de usar banheiros sem serem vítimas de violência. Se colocou à disposição e reforçou que o avanço dos direitos das pessoas trans não faz retroceder nenhum direito de outro cidadão. **Pedro Gomes (CONNECTAS)**: cumprimentou a todos, agradeceu a participação no ODH e parabenizou pela assinatura do Pacto. Colocou-se à disposição para fazer a



conexão com todos os temas. **Márcia Soares (THEMIS):** cumprimentou a todos, saudou todas as organizações de mulheres negras, em nome de Geledés. Como advogada de Direitos Humanos, relatou que sua instituição atua há 29 anos no sentido de construir e promover o acesso à justiça para todas as mulheres, e enfrentar a discriminação sofrida por elas no Judiciário. Afirmou que o desconhecimento da lei é a grande dificuldade nessa luta, assim como a ausência de ferramentas para dar eficácia às leis e o racismo estrutural. Afirmou que as mulheres negras são as que menos têm acesso à justiça e as que mais sofrem com a inadequada resposta jurisdicional para suas demandas. Destacou que a própria pesquisa do CNJ revelou que o Judiciário ainda é majoritariamente masculino, branco e heteronormativo, o que explica a falta de empatia e insuficiência no atendimento das demandas das mulheres, especialmente as negras. Referiu o trabalho feito pela entidade no sentido de empoderar legalmente lideranças comunitárias e sindicais, que é nacionalmente reconhecido como programa de formação de promotoras legais populares e é desenvolvido hoje por inúmeras entidades além da Themis, que busca fortalecer redes informais de apoio às mulheres. Exaltou a iniciativa do CNJ de buscar o engajamento dos Tribunais na luta contra o racismo institucional. **Conselheira Salise Sanchotene:** cumprimentou a todos, se colocou à disposição do ODH, elogiou a temática e a assinatura do Pacto, considerando ser este um momento mais de escuta do que de manifestação. **Conselheiro Giovanni Olsson:** cumprimentou a todos e elogiou a atuação do Observatório, em especial seu novo formato. Mencionou a importância de o Poder Judiciário trabalhar com as pautas referentes aos Direitos Humanos e de se observar para dentro, para tratar da representatividade, e não somente para fora. Parabenizou o trabalho feito como instrumento de transformação social e se colocou à disposição, como coordenador da Comissão Permanente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social para auxiliar de forma mais ativa. **Luciana Conforti (Vice-Presidente da ANAMATRA):** cumprimentou a todos e mencionou a importância do ingresso de pessoas negras no Poder Judiciário. Referiu novas ocorrências de discriminação racial em concorrência de



vagas de emprego e questionou o que o país aprendeu desde o primeiro episódio dessa natureza (caso Simone Diniz). Parabenizou pela assinatura do Pacto e afirmou que a entidade possui o projeto “Enegrecendo a toga” que apoia candidatos e candidatas negras que forem aprovadas na primeira etapa do concurso público para magistratura do trabalho, para auxiliar no aprendizado das demais matérias para que possam esses candidatos conquistar as vagas. Destacou a minoria de negros no poder judiciário e o ODS 16 na Agenda 2030 nesse aspecto. **Juiz Edinaldo Cesar Santos Junior:** elogiou e agradeceu a atuação da Ministra na pauta a favor dos negros, citou Martin Luther King e ressaltou o momento de grande celebração pelo fato do Poder Judiciário acabar com o silenciamento e lutar pela equidade racial. Agradeceu, em nome de todo povo negro, por esse momento que celebra um recomeço e um passo importante para tudo o que ainda virá. **Manuelita Hermes Rosa de Oliveira Filha:** cumprimentou a todos os presentes, registrou sua alegria e emoção por estar presente em um momento histórico para o Poder Judiciário e para o Brasil. Relatou vir de Salvador, cidade mais negra fora da África, mas nem por isso menos racista. Afirmou que o seu maior sonho é de honrar sua ancestralidade, sobretudo a feminina. Declamou o poema Vozes-Mulheres, de Conceição Evaristo. Agradeceu e parabenizou à Ministra Rosa Weber por transformar o Brasil. **Ministra Rosa Weber** pediu a palavra para elogiar a fala e a voz de Manuelita, que hoje ecoa no Supremo Tribunal Federal, onde ela é titular do setor encarregado dos altos estudos acadêmicos e é ouvida e respeitada. **Juíza Karen Luíse Vilanova Batista de Souza:** cumprimentou os presentes, as mulheres negras e todos os integrantes do Observatório dos Direitos Humanos. Elogiou as palavras de Manuelita, e relatou que nasceu no Estado mais branco do país (RS) e tão racista quanto o estado de origem de Manuelita (BA). Exaltou a existência do ODH e a assinatura do Pacto como momento de profunda importância, e mencionou ter chegado ao fim os tempos em que o Poder Judiciário não considera mais a raça nos julgamentos, decisões e na gestão. Ressaltou que sua presença, assim como da Manuelita e do Juiz Edinaldo, não é por acaso, mas sim fruto da



intenção de uma atuação e representatividade crítica e responsável, para dar voz às pessoas negras neste país. Citou a ativista brasileira Beatriz Nascimento e ressaltou que as pessoas brancas podem viver com dignidade mas que todas as pessoas também podem, e que nenhum direito humano pode ser violado para que as pessoas brancas vivam com mais dignidade. Colocou-se à disposição, como integrante do comitê executivo, para que todas as vozes sejam trazidas para dentro do Poder Judiciário, que hoje se compreende diretamente implicado nas desigualdades raciais que existem no Brasil. A Ministra **Rosa Weber** pediu a palavra e mencionou o quanto é abençoada por ter pessoas tão especiais à sua volta, que permitem que façamos, ou tentemos fazer, um caminho melhor. **Juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos (TRF4)**: iniciou sua fala agradecendo à Ministra Rosa, elogiou todas as falas, mencionou que o Observatório possibilita que o Judiciário tenha um olhar “crítico” sobre ele mesmo, para avaliar as próprias desigualdades. Ministro **Vieira de Mello Filho**: indagou o que difere um indivíduo do outro, o que justifica olhares preconceituosos. Afirmou que somos todos irmãos, e mencionou que o Brasil não passa a limpo seus problemas e que muito precisa ser feito para acabarmos com a desigualdade. Falou sobre sua origem e criação privilegiada e sobre a infância sem preconceito entre os diferentes. Disse que o ODH tem muito a ensinar a ele e a todos que necessitam aprender sobre desigualdades, tendo mencionado o documentário “Justiça” e os desafios a serem enfrentados pelo Poder Judiciário. Às 16h40, a Presidente do CNJ, Ministra **Rosa Weber** encerrou a solenidade falando sobre os avanços civilizatórios almejados e agradecendo a participação de todos os envolvidos e presentes no evento.